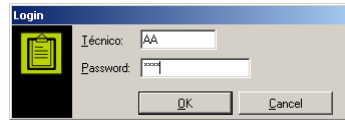
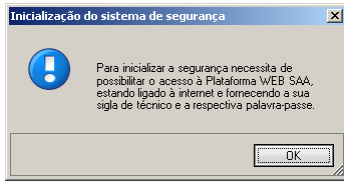
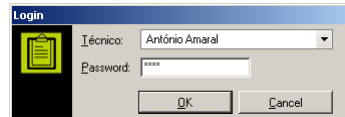


FUNCCIONAMENTO DA INTERACÇÃO APLICAÇÃO LOCAL (SAA.LOCAL) COM A PLATAFORMA WEB (SAA.PLATAFORMA_WEB)

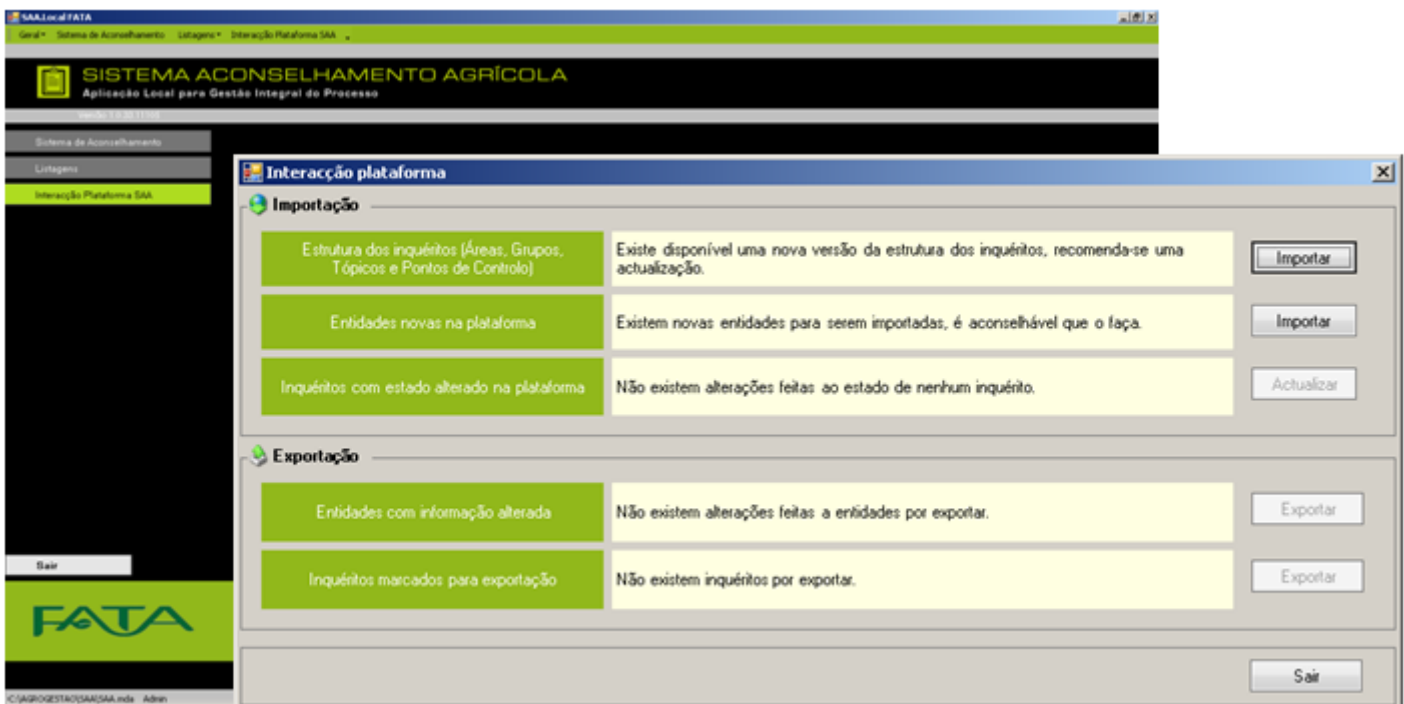
1. Primeira utilização: ao abrir, a aplicação informa que tem que iniciar o sistema de segurança por comunicação com a SAA.PLATAFORMA_WEB e solicita a **sigla do técnico** e a respectiva **palavra-chave**.



Próximas utilizações: ao abrir, a aplicação solicita apenas que seja escolhido um técnico da lista e que seja fornecida a respectiva palavra-chave.



2. Abertura do ecrã de interacção com a SAA.PLATAFORMA_WEB



Neste ecrã deverá ser importada a mais recente **Estrutura de Inquéritos** (Áreas temáticas, Grupos, Tópicos de verificação e Pontos de controlo) e as **Entidades novas associadas ao técnico** que fez login na aplicação. É obrigatório efectuar este procedimento antes de iniciar qualquer carregamento de informação na aplicação local.

3. Técnico acede ao portal do IFAP e descarrega ficheiros zip (sem alterar a sua designação) com informação da entidade visada (que previamente solicitou autorização) para pasta local
(C:\AGROGESTAO\SAA\IFAP_PorImportar)



4. No SAA.Local (Ficha de Entidade) serão completados os dados das entidades visadas e importados os dados de parcelário dos ficheiros zip locais (oriundos do IFAP, ponto anterior), utilizando o nº IFAP da Entidade.

5. A informação editada no ponto anterior poderá depois ser exportada para a SAA.PLATAFORMA_WEB, recorrendo ao formulário já referido (devendo apresentar activo o primeiro item da exportação).

6. Em SAA.Local (Ficha de Entidade) é possível iniciar um novo Inquérito Diagnóstico (Tópicos Gerais e Tópicos por Parcela) com base na parametrização de tópicos

Na Ficha de Inquérito Diagnóstico é possível preencher a **caracterização geral da entidade** (1), iniciar o **questionário de Tópicos Gerais** (2) e depois iniciar os questionários de Tópicos por parcela (3).

7. EM SAA.Local os questionários de um inquérito devem ser todos terminados.

8. SAA.Local imprime Relatório de Diagnóstico para confirmar dados

9. Técnico assina o Relatório de Diagnóstico em papel e solicita assinatura à entidade inquirida

10. SAA.Local envia os dados do inquérito para SAA.PLATAFORMA_WEB para Verificação.

11. Na SAA.PLATAFORMA_WEB, os técnicos coordenadores da FATA consultam o inquérito, verificam-no e trabalham a informação para o Plano de Acção. Por fim autorizam-no ficando este assinado com um código de validação (baseado numa assinatura digital).

12. SAA.Local consulta à SAA.PLATAFORMA_WEB o estado do inquérito, através da Ficha de Entidade (ou centralmente no ecrã de interacção com a plataforma – 3º item de importação).

13. Em SAA.Local, estando o inquérito diagnóstico respectivamente aprovado e assinado digitalmente, poderá ser impresso o Plano de Acção.

Informação	
1	Entidade: SOCIEDADE AGROPECUÁRIA LINHARENSE, LDA
02-03-2011	Técnico: Sergio Esteves

Caracterização Geral		
Tópico	Resposta	Notas
Actividade Principal	Agricultura	
Nº Empregados	7	
Ano início de actividade	2001	

Tópicos Gerais	
Estado	
Concluído	

Tópicos por unidade fundiária				
Nº Parcelário	Unidade Fundiária	Estado	Área	Ocupação Cultural
316430980004		Terminado	0,85	
316430980001	VILHEIROS (ESTABULO)	Terminado	0,85	
3174301630002	DO OUTRO LADO	Terminado	7,54	

Estado Geral: Fase Tópicos por item

Não iniciado > Fase Tópicos Gerais > Fase Tópicos por item > Terminado > Autorizado/Verificado > Relatórios emitidos

Observações

Enviar p/verificação | Diagnóstico | Plano de acção

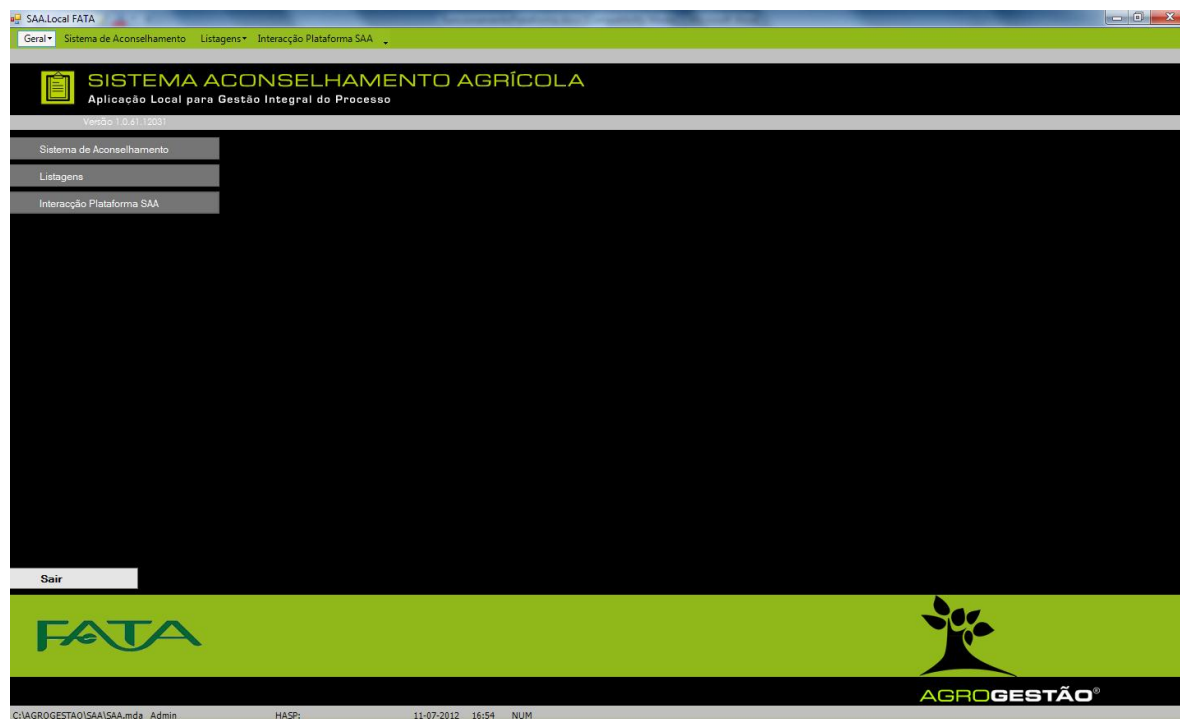
14. Técnico solicita a assinatura da entidade no Plano de Acção

15. De forma semelhante ao que foi aqui descrito, poderá o técnico em SAA.Local iniciar um Inquérito de Controlo, incidindo sobre um Inquérito Diagnóstico já com Plano de Acção emitido. As únicas diferenças serão:

- Em vez da parametrização, os Tópicos verificados terão por base as não conformidades identificadas em diagnóstico
- O processo culminará na impressão do Relatório Final (em vez do Plano de Acção).

OUTROS ECRÃS:

Abertura:



Ecrã geral de entidades

Sistema de Aconselhamento

Sistema de Aconselhamento

Sair

Esquemas

(Todos)

Técnico

(Todos)

Sérgio Esteves

SE

Armando Pacheco

AP

Duarte Gomes

DM

Diagnóstico:

Todos

entre:

01-01-2012

e:

31-12-2012

Controlo:

Todos

entre:

01-01-2012

e:

31-12-2012

Arraste para aqui o cabeçalho da coluna que pretende agrupar

Nome	NP Contribuinte	NIFAP	Morada	Tipo de exploração	Orientação da exploração
ABEL LUIS CALEJO NEVES	102514607	515175	Rua de São Francisco Nº7	Familiar	Produção Azeite e Cereal
ABÍLIO DA CRUZ AFONSO		692892		c	
ACÁCIO ALFREDO BATISTA		621775			
ACÁCIO JOAQUIM BAPTISTA	102513872	538182	Rua das Eiras Nº 1	Familiar	Culturas Arvenses
ALBERTINA DA CONCEIÇÃO	158643650	512513	Beiro da Escola	Familiar	Olival e Amendoal
ALBERTO ACÁCIO BAPTISTA		421163			
ALBERTO ADRIANO LOPES		471127			
ALFREDO DOS SANTOS FER.		638697			
AMELIA DA LUZ PIMENTEL M.	195492226	5457263	Castanheira	Familiar	Produção de Lei
AMÉRICO LUIS AMADOR	168896207	659241	Rua do Castelo	Familiar	Produção de Leite
ANA MARGARIDA GONÇALV.	236882318	7530082	Rua das Eiras nº1	Jovem agricultor	Produção de Azeite
ANA MARIA GONÇALVES BA.	220026963	7397731	Av. do Sabor, nº 81, 2º andar	Empresário Agrícola	Produção de Amêndoas e Azeite
ANGELA CATARINA RUANO	241500508	7323884	Rua do Valado Nº68	Empresário Agrícola	Cultura de Frutícolas
ANTERO AUGUSTO ARAÚJO	137765860	672736	Brunhoso	Familiar	Pecuária
ANTERO AUGUSTO MACARIO		524673			
ANTERO DE JESUS TEIGA	160786576	4308126	Beiro São Sebastião	Familiar	Fruticultura
ANTONIA DE DEUS BARROS		4644253			
ANTONIO ACÁCIO GONÇALV.	211609919	7333797	Rua das Eiras Nº1	Empresário Agrícola	Produção de Amêndoas e Azeite
ANTONIO ADOLFO MARTINS		641235			
ANTONIO BERNARDINO FER.	212275682	7251902	Rua da Igreja Nº 18 5200-130	Familiar	Fruticultura/ Olivicultura
ANTONIO CANDIDO RABAÇA	176580310	2680016	Rua da Capela Nº3	Familiar	Produção de azeitona
ANTONIO DOS SANTOS SILVA	113730772	596625	Beiro São Sebastião nº18	Familiar	Pecuária
ANTONIO FRANCISCO MOU.		626634			
ANTONIO JOAQUIM LOPES		526907			
ANTONIO JOAQUIM RIBEIRO		557217			
ANTONIO LUIS MOREIRA		2482365			
ANTONIO VIRGILIO PEREIRA		551147			
ARMANDO JOAQUIM COSTA		628896			
ARNALDO GENTIL AMADOR	157182142	4231615	Beiro da Escola	Familiar	Olival e Amendoal
AUGUSTO FERNANDES ALV.		557032			
AVELINO DOS ANJOS PERA		240212			
BERNARDINO NORBERTO PI.		611565			
CANDIDO DO NASCIMENTO		660317			
CANDIDO FRANCISCO FERN.	120783690	2244523	Rua do Valado nº66, 5200-260	Familiar	Culturas Arvenses
CARLOS ANTONIO AFONSO	197777171	658922	Meirinhos	Familiar	Agrícola (Olivicultura e fruticultura)
CARLOS EDUARDO FAIA BA.	225308517	6234382	Brunhoso	Familiar	Produção de Carne
CARLOS MANUEL VINHAIS C.	204812682	2244747	Rua Dr Manuel Cordeiro	Familiar	Produção de uvas para vinho
CASA AGRICOLA VILLAR DO	582890208	7330242	Rua Arq Vaz Martins	Sociedade Agrícola	Produção de Azeite
CELIA MANUELA TELO PERE.	213630060	7060036	Moncorvo	Familiar	Culturas arvenses
CLAUDINO JOSE BARREIROS		694942			
CUPERTINO DOS SANTOS M.	198616058	5756851	Valcorto	Familiar	Pecuária
DUARTE ALBERTO FERNAN.	179526413	640441	São Martinho do Peso	Familiar	Produção de ovinos de carne
DULCE DA ASSUNCAO RABA.	163612595	650192	Lodões	Familiar	Produção de uva para Vinho

Ficha de inquérito

Inquérito

Ficha de inquérito

Area: 1 Ambiente

Grupo: 2 Protecção Águas Subterrâneas: Fitofármacos, Adubos

Pergunta

3 - Armazena/guarda correctamente os Fertilizantes e/ou Produtos Fitofarmacêuticos no decorrer da sua actividade agrícola?

Resposta

Sim

Não

Não se aplica

— Pontos de controlo

Os fertilizantes e os produtos fitofarmacêuticos devem estar armazenados em lugar resguardado, seco, ventilado, sem exposição directa ao sol, de piso impermeabilizado, e a mais de 10 metros de cursos de água, valas, condutas de drenagem, poços, furos ou nascentes, excepto no caso de depósitos de fertilizante que tenham um sistema de protecção contra fugas.

NA

NC

DC

VC

Os produtos fitofarmacêuticos armazenados devem estar sempre devidamente separados de alimentos para pessoas e animais e, particularmente, fora do alcance de crianças.

NA

NC

DC

VC

Os locais de armazenamento têm de ser de acesso reservado a pessoas habilitadas para o seu manuseamento e dispor de equipamento de protecção individual.

NA

NC

DC

VC

Os locais têm de permitir um acesso fácil a água.

NA

NC

DC

VC

— Informação adicional

Indicações técnicas

Observações

Enquadramento legal grupo

Directiva nº 80/68/CEE, de 17 de Dezembro, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas (Decreto-Lei nº 2/29/88, de 1 de Agosto)

Enquadramento legal tópico

Notas técnicas tópico

Boas práticas tópico

Início

Pergunta Anterior

Próxima Pergunta

Suspender

Progresso: 3 de 38 perguntas

Anexo com inquérito e toda a legislação aplicável

Anexo de ajuda ao preenchimento do inquérito

ÁREA TEMÁTICA 0 - GERAL

Grupo 0.1 - Geral

Tópico 0.1.1 - Aplicam-se os critérios de condicionalidade a esta parcela/subparcela?

Tópico 0.1.2 - A parcela/subparcela encontra-se bem delimitada?

Tópico 0.1.3 - Tem captações de água superficiais (barragem, lagos, etc.) ou subterrâneas (furos, poços, charcas:

Pontos de Controlo

» Já efectuou a regularização dessas captação junto das ARH/AO (associações Organizações)

Tópico 0.1.4 - A parcela/subparcela encontra-se com a ocupação cultural correcta?

ÁREA TEMÁTICA 1 - AMBIENTE

Grupo 1.1 - Aves e Habitats

Enquadramento Legal: Directiva n.º 79/409/CEE, de 2 de Abril, relativa à conservação das aves selvagens (Decreto - Lei n.º 140/99 de 24.04.1999) e Directiva n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens (Decreto - Lei n.º 140/99 de 24.04.1999).

Tópico 1.1.1 - A parcela/subparcela situa-se dentro da Rede Natura 2000?

Tópico 1.1.2 - No caso de possuir novas Construções e/ou Infra-estruturas, já possui o parecer obrigatório por par

Enquadramento legal específico do tópico: Listagem, para efeitos da condicionalidade, dos actos e actividades sujeitos a parecer obrigatório por parte do ICNB, de acordo com o Decreto - Lei n.º 140/99, alterado pelo Decreto - Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro.

Notas Técnicas: a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com excepção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50 % da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m²

b) A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das existentes

c) A instalação de infra-estruturas de electricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares, fora dos perímetros urbanos.

Caso as parcelas agrícolas se encontrem também inseridas em Áreas Protegidas, prevalecem, para este requisito, as regras previstas nos respectivos diplomas de criação ou classificação como Áreas Protegidas e